

**DISCURSO GEOGRÁFICO E
AUTORITARISMO: O
EXTRANGEIRO DE PLÍNIO
SALGADO**

*GEOGRAPHICAL SPEECH AND
AUTHORITARIANISM: O
EXTRANGEIRO BY PLÍNIO
SALGADO*

*DISCOURS GÉOGRAPHIQUE ET
AUTORITARISME : O
EXTRANGEIRO DE PLÍNIO
SALGADO*

ALAN DANIEL DE BRITO MELLO

DOUTORANDO EM HISTÓRIA DA
CIÊNCIA – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP), SÃO
PAULO/SP

E-mail: alanbrito2013@bol.com.br

Resumo:

O Discurso Geográfico contido na obra *O Extrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, pode estar alinhado às mais diversas demandas sociais e políticas entre 1920-1930. Por isso mesmo, esse artigo visa compreender como as discussões sobre raça e meio atingiram o autor e, por consequência, a temática da sua obra, cujo espaço representado traduz um autoritarismo territorial, algo recorrente na cultura brasileira. O espaço representado é o paulista. O tempo, as décadas de 1920-1930. E o grupo social, a intelectualidade reacionária paulista, na figura de Plínio Salgado. O procedimento metodológico segue a orientação bakhtiniana de não separar autor, obra e contexto da análise discursiva. O trabalho literário de Salgado carrega um conjunto de signos que transcende a estética ou crítica do romance, e desemboca num flerte claro com postulados fascistas.

Palavras-chave: Discurso Geográfico. Autoritarismo. Plínio Salgado. São Paulo, Fascismo.

Abstract:

The Geographical Speech contained in the work *O Extranheiro* (1926) by Plínio Salgado can be aligned with various social and political demands between 1920-1930. Therefore, this article aims to understand how discussions about race and environment affected the author and, consequently, the theme of his work, whose represented space translates into territorial authoritarianism, something recurrent in Brazilian culture. The represented space is São Paulo. The time is the 1920s-1930s. And the social group is the reactionary intellectual elite of São Paulo, represented by Plínio Salgado. The methodological procedure follows the guidance of not separating the author, work, and context from the discursive analysis. Salgado's literary work carries a set of signs that transcends the aesthetics or criticism of the romance and ends up flirting clearly with fascist postulates.

Keywords: Geographic Speech. Authoritarianism. Plínio Salgado. São Paulo, Fascism.

Résumé:

Le Discours Géographique contenu dans l'œuvre *O Extranheiro* (1926) de Plínio Salgado peut être aligné sur diverses demandes sociales et politiques entre 1920 et 1930. Par conséquent, cet article vise à comprendre comment les discussions sur la race et l'environnement ont affecté l'auteur et, par conséquent, le thème de son œuvre, dont l'espace représenté se traduit par un autoritarisme territorial, quelque chose de récurrent dans la culture brésilienne. L'espace représenté est São Paulo. Le temps est les années 1920-1930. Et le groupe social est l'élite intellectuelle réactionnaire de São Paulo, représentée par Plínio Salgado. La procédure méthodologique suit les directives de ne pas séparer l'auteur, l'œuvre et le contexte de l'analyse discursive. Le travail littéraire de Salgado porte un ensemble de signes qui transcendent l'esthétique ou la critique du roman et finit par flirter clairement avec des postulats fascistes.

Mots-clés : Discours géographique. Autoritarisme. Plínio Salgado. São Paulo, Fascisme.

A literatura tem muito a nos dizer

Nesse artigo, optou-se por manter a grafia original do romance a ser analisado. Dito isto, a representação espacial no interior da literatura não é novidade. No entanto, as condições históricas e sociais dentro das quais essa representação é construída, somada aos conflitos ideológicos e discursivos pertencentes a um grupo social específico, leva-nos à seguinte pergunta: em qual contexto material determinada obra literária nasce?

Este artigo almeja analisar o discurso geográfico contido na obra literária *O Estrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, destacando suas representações espaciais e construções simbólicas pós Semana de Arte Moderna de 1922. Além disso, objetiva-se interpretar a maneira pela qual as discussões sobre raça e meio atingiram o autor e, por consequência, a temática do livro, onde o espaço representado estaria sob o signo autoritário do ordenamento social.

Entendemos a importância da literatura na reconstrução do pensamento geográfico devido ao seu poder de síntese, pois, as formas de enunciação de uma obra literária se remetem a um conjunto de signos socialmente construídos e de apropriações do espaço vivenciado pelo autor. Assim, “o signo não pode ser separado da situação social sem ser alterada sua natureza semiótica” (BAKHTIN, 2014, p.68).

Embora os discursos, aparentemente, possuam uma ação individual, na qual o sujeito toma para si a responsabilidade de produzi-lo, sua origem é social. Ora, isso ocorre porque os signos criam os enunciados, os enunciados criam as ideologias, as ideologias os discursos e os discursos necessitam de um veículo divulgador, neste caso, a obra literária. Esta última, sublinhe, além de propagar uma ideia, uma ideologia, também produz novos significados geográficos e espaciais. Cada discurso deve ser entendido dentro de sua relatividade histórica e cultural, e há a necessidade de “não separar o produtor do que foi produzido no contexto de sua produção” (MORAES, 1991,

p.21). Nesse caso, espaço, tempo e grupo social devem ser indissolúveis na análise discursiva.

O espaço aqui representado é o paulista. O tempo, as décadas de 1920-30. E o grupo social, por sua vez, a intelectualidade reacionária paulista, na figura de Plínio Salgado. Tendo em vista este tripé metodológico, o livro de Salgado carregaria um conjunto de signos que ultrapassa as interpretações críticas e estéticas do romance. Ele deve ser estudado em sua totalidade, numa relação dialógica entre o enunciador e o enunciatário, fazendo-nos mergulhar no discurso intertextual. De antemão, a tendência temática da obra analisada – a valorização do autoritarismo na cultura brasileira frente aos paradigmas do pensamento europeu– tem seu *lócus* nos processos de regionalização do território. A suposta identidade nacional, para Salgado, necessariamente passaria pelo prisma da história de São Paulo.

Há uma representação espacial *n'O Estrangeiro* transcendente ao campo da literatura, sustentada nas discussões sobre Estado, raça e meio. A obra de 1926 traduziria a renovação cultural iniciada em 1922, na Semana de Arte Moderna, favorecendo um entendimento mítico do Brasil.

Moraes (1991) explica que o espaço é o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, localizado dentro de um contexto social e histórico e possui, através de uma delimitação normativa, características de representação que ultrapassam o campo da ciência geográfica. Buscar alternativas documentais e metodológicas para explicar os fundamentos discursivos do pensamento autoritário brasileiro, exige flexibilidade por parte do pesquisador em caminhar por estradas desconhecidas.

Nas pesquisas correlatas a este assunto, Beired (1999), em seu livro *Sob o signo da nova ordem*, faz uma análise comparativa da ascensão da extrema direita no Brasil e na Argentina entre 1914-1945. Enquanto em ambos os países os intelectuais de direita possuíam semelhanças ideológicas no tocante ao catolicismo e ao fascismo, no Brasil, esse grupo tinha uma terceira

via: o cientificismo, herança do pensamento positivista, tão difundido no país.

Em investigações direcionadas à incongruente construção identitária brasileira, Souza (1996) discute a formação social brasileira sob o signo do ordenamento discursivo a respeito da nação. Visa compreender como o imaginário do autor deu origem a uma específica nacionalidade nos momentos fundadores da Geografia.

Ou ainda Raimundo (2000) alerta para a complexidade dos assuntos regionalistas nas obras *Martim-Cererê* e *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, como sintetizadores de ideais mitológicos em torno da figura do bandeirante e da miscigenação entre o índio, o branco e o negro.

Pereira (1997) relaciona o oeste brasileiro com as políticas públicas do Estado Novo (1939) de Getúlio Vargas. Demonstra como o mito da conquista do oeste estimulou o sentido de integração das regiões mais afastadas do litoral, sobretudo em decorrência dos anseios da elite goiana em juntar-se ao resto do Brasil. Era a união entre o interior selvagem (puro) e o litoral civilizado (corrompido).

Teses e dissertações mais críticas à trajetória política de Plínio Salgado são abundantes, principalmente sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), dentro do campo teórico da cultura política. Podemos citar os estudos pioneiros de Hélio Trindade que defende em 1971 a tese na *Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne)* denominada *L'Action Intégraliste Brésilienne: un mouvement de type fasciste au Brésil* e Gilberto Felisberto Vasconcellos que, em 1977, consegue seu doutorado na Universidade de São Paulo com a tese *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. Em 1977, a tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, de José Chasin, defendida na Escola de Sociologia de São Paulo, também é um dos pilares desta vanguarda temática, uma vez que busca esclarecer as bases ideológicas do integralismo em seu interior epistemológico.

Matos e Gonçalves (2014) tecem vigorosa crítica ao romance de Salgado sob uma perspectiva social e histórica ao analisar a interface das propostas eugenistas de São Paulo.

De maneira geral, Plínio Salgado foi contemplado como objeto de estudo em sua maioria por programas de pós-graduação em História, cujo aspecto metodológico e as categorias de análise são distintas aos da ciência geográfica. A originalidade e/ou contribuição do presente artigo reside, portanto, em examinar a obra do autor a partir do posicionamento da análise do discurso, elencando suas interpretações do que deveria ser a geografia, ou melhor, sua representação espacial por meio de um modelo paulista de Brasil.

Autor, obra e contexto

Pensar o moderno a partir da realidade nacional ganhou força no Brasil após o fim da primeira guerra mundial (1914-1918). Os modelos hegemônicos europeus de cultura e organização social começaram a ser questionados, dando lugar à procura do espírito verdadeiramente brasileiro. O fragmentado território do país dificultava essa integração e as regiões dispersas pela vastidão do espaço não se comunicavam, não “falavam a mesma língua”.

Caberia, então, a um grupo tomar para si a responsabilidade de modernizar o Brasil e, evidentemente, modelar a sociedade, dando-lhe aspectos de coesão e coerência. O grupo envolvido no entorno da Semana de Arte Moderna em 1922 teve esse papel, ainda que com modificações, a princípio, culturais, centralizou a discussão relacionada à arte, literatura, pintura, estética e outros à pauta nacional:

[...] é São Paulo, núcleo do progresso econômico e social, capaz, portanto, de difundir o moderno pensamento brasileiro. Mais do que qualquer outra região, o estado paulista vive diretamente os impactos da imigração europeia, com a expansão do café dando surgimento ao proletariado e subproletariado

urbano. Em meio a esse clima de intensa agitação social, política e intelectual nasce o movimento modernista, procurando expressar, simbolicamente, o fluxo da vida moderna. (VELLOSO, 1993, p.92).

Essa intensa agitação da vida moderna vai ganhando força no interior da intelectualidade paulista, sobretudo após o crescimento de uma classe social urbana (proletário). Moraes salienta: “é do sudeste principalmente que partem os fluxos que redefinem a vida de todas as regiões brasileiras” inaugurando, assim, “novos discursos a respeito do território” (1991, p.107).

Velloso (2010) alerta-nos que conquanto tenhamos na historiografia o evento inaugural do modernismo - a SAM de 22- na virada do século XIX para o XX já era possível observar os temas regionalistas e da cultura popular na literatura, valorizando o cotidiano e as crenças.

Basta lembrar como foi construída a historiografia das literaturas regionalistas nordestina, paulista, mineira e gaúcha [...]. A valorização dos dialetos locais, da cultura caipira, do folclore, dos costumes e dos tipos rurais foi criada a partir da contraposição ao polo urbano, visto como cosmopolita e ‘estrangeirado’. Não se cogitava sobre o caráter compósito e ambíguo do modernismo, abarcando pluralidades espaço-temporais. O resgate das tradições realizava-se em nome de um Brasil moderno, que já se fazia anunciar (p.22).

Dessa forma, como temática primária do que viria a ser o combustível cultural do modernismo, havia dois eixos investigativos: o movimento de resgate à cultura popular por meio da arte de um lado e, do outro, havia também o questionamento da vida urbana e de sua construção simbólica à luz do crescimento das grandes aglomerações.

São Paulo, no início do século XX, possuía uma ideologia conflitante que descambava entre o cosmopolitismo regido pela Europa e o nacionalismo a ser construído. A cidade ansiava por novidades. O inconformismo com a velha ordem política se convertia em criatividade e crítica ao *passadismo* pregado pelos parnasianos e pela negação dos valores estrangeiros. Para se

pensar o Brasil, antes, era preciso conhecê-lo sob o prisma da realidade social. Esta bandeira foi levantada pelos que participaram na SAM de 22.

Segundo Bosi (2006, p.362) há uma dificuldade em nomear quem estava presente no teatro municipal entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Sabe-se que muitos escritores tiveram seus trabalhos apresentados por outras pessoas como, por exemplo, o poema “Os sapos” de Manuel Bandeira, lido por Ronald de Carvalho. Alguns presentes eram Guilherme de Almeida, Mário de Andrade e Afonso Schmidt. Outros intelectuais não foram, mas participaram ativamente após a semana, como: Plínio Salgado, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo. A partir desse evento, muitos trabalhos surgiram com as características estéticas e temáticas defendidas em 22, cujas matrizes indígena e africana eram enaltecidas e os problemas urbanos discutidos.

De igual modo, os trabalhos da SAM 22 continham uma demarcação clara: pensar o Brasil a partir da realidade nacional. Às vezes o escritor se valeria de aspectos históricos e geográficos da região para tecer o cenário por onde seus personagens ganhariam vida, é o caso de Plínio Salgado. Ou ele desejaria *desgeografizar* a cultura nacional, invocando a ideia de um Brasil total, é o caso dos intelectuais no entorno de Mario de Andrade.

Com isso, a construção simbólica seria uma poderosa arma para ideologizar a suposta superioridade paulista, porque criaria condições discursivas para a manipulação da identidade nacional (VELLOSO, 1993). A visão dicotômica entre o litoral corrompido e o sertão puro, Rio de Janeiro/São Paulo, foi explorada pelos escritores como fatos históricos verdadeiros e inquestionáveis. Enquanto, por exemplo, o Rio tinha um saudosismo dos tempos do Império, São Paulo, diante de seu isolamento geográfico, teria supostamente desenvolvido uma autonomia frente a qualquer forma “estrangeira” de organização política. Com relação a esse último aspecto, Moraes (1991, p.96) sublinha a nacionalidade brasileira como a “[...] conquista territorial de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra, de uma sociedade que

tinha a construção do território como elemento da identidade”. No Brasil, o nacional e o territorial estão, umbilicalmente, unidos.

O mito da “Conquista do Sertão” foi usado como justificativa para o fortalecimento dos laços identitários dos escritores paulistas, no caso a vertente mais reacionária, defendida pelo grupo verde-amarelo (Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia), com a cidade de São Paulo. O bandeirante e o tupi foram resgatados como “tipos-ideais” no convívio harmônico das raças, um modelo de “democracia racial brasileira”.

Se após 1922 novos rumos foram traçados na cultura brasileira, não podemos dizer que os grupos envolvidos naquele primeiro momento de furor tiveram união e se mantiveram coesos. Ao mesmo tempo em que Mario de Andrade e Oswald de Andrade, sobretudo após o lançamento do Manifesto Pau-Brasil (1924) entram numa espécie de “primitivismo anarcoide” (BOSI, 2006, p.366), no qual as fronteiras necessitam ser abstraídas e não cultivadas; o grupo verde-amarelo lançar-se-ia aos apelos míticos do herói envolto na relação orgânica com a “Terra, o Sangue e a Raça”.

Nesse momento da história brasileira: política, cultura e sociedade estariam assentadas sobre um solo pantanoso e instável, configurando, assim, as motivações que levaram Plínio Salgado a se destacar. No período, a literatura não era apenas um espelho refratário do que estava acontecendo nas décadas de 1920-1930 em São Paulo. Ela atuava como instrumento de compreensão da realidade. Criava um novo mundo, uma nova possibilidade de pensar e repensar o espaço vivido e vivenciado. Era um caminho com começo, no entanto sem fim. Dissociar espaço, tempo e grupo social, neste artigo, seria cometer um erro metodológico na análise do discurso. Se Salgado pensou um espaço mítico e um território autoritário, era porque as ideias borbulhavam ao som das mudanças culturais trazidas pela SAM de 22, bem como das mais recentes teorias científicas e políticas importadas da Europa que influenciavam o modo de pensar da elite reacionária paulista.

Mito, mito e mito

Boaventura de Sousa Santos (2013, p.70), apresenta uma interessante definição sobre o mito:

Geralmente crê-se que o exotismo é a causa do desconhecimento. Eu avanço na hipótese oposta, a de que o exotismo é um efeito do desconhecimento [...]. Enquanto objetos de discursos eruditos, os mitos são as ideias gerais de um país sem tradição filosófica nem científica. O excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico de elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho das ideias.

De certa maneira, o “excesso mítico” destacado por Santos caracteriza a forma erudita de compreensão social, embora isso seja, segundo o autor, devido ao baixo desenvolvimento científico. Ao partirmos do pressuposto de que o discurso literário precede o científico, notamos um impasse: se por um lado a ciência positivista europeia chega ao Brasil no começo do século XX gozando de um prestígio de “buscar a verdade absoluta”, por outro, no país não havia instituições acadêmicas bem estruturadas que produziram sua estrutura interna (aparatos teórico-metodológicos), pois as primeiras universidades a ganharem projeção nacional só surgem em 1934 (Universidade de São Paulo) e 1935 (Universidade do Distrito Federal).

Ao escrever um artigo sobre o antropólogo Mircea Eliade, Pimentel (2005) destacou a falsa dualidade existente entre as palavras *mito* e *logos*, ambas originárias do grego antigo. Enquanto a primeira pode ser compreendida como uma narrativa oral sobre os deuses e seres fantásticos, transmitida, de geração a geração, no seio de uma comunidade; a segunda, de característica pretensamente racional, seria um discurso à razão, à dialética e à inquirição do pensamento especulativo, por vezes também traduzido por preposição e definição, por noção, motivo e juízo. O mundo tal qual o apreendemos é apenas uma narrativa sobre espaços, cidades, sociedades, natureza

etc., logo, *mito* ou *logos* são óculos decodificadores da realidade e, acreditamos, impossíveis de serem hierarquizados.

Mesmo assim, tem-se a ideia da superioridade do discurso científico frente ao mito, colocando-o subjugado, isto é, um elemento inferior da cultura, oriundo da superstição, do irracional, do erro, da simples deformação engendrada pelo imaginário coletivo, que deve ser “obrigatoriamente, superada nas supostas etapas históricas de uma sociedade, como profetizada pelo positivismo, na crença de um conceito de progresso linear” (PIMENTEL, 2005, p.68). As aglomerações humanas que compartilham de similitudes culturais, em distintos contextos históricos, possuem os seus mitos, sendo elas calcadas em premissas científicas ou não.

Diante desse emaranhado discursivo do início do século XX, com o intuito de entender a história e sociedade brasileira, o tema mais visto na literatura, por exemplo, foi sem dúvida o “largo sertão brasileiro” e o estudo das regiões. Buscava-se conhecer o Brasil para apresentá-lo aos brasileiros, ideia defendida pelo Estado e aceita pela elite letrada da época, legitimando a construção ideológica do “Brasil síntese”. Os escritores teriam um papel fundamental na utilização do mito como temática em romances, ensaios, poesias etc.

No clássico *Visão do Paraíso*, Sergio Buarque de Holanda reconstrói a história do território brasileiro ao apontar o mito da conquista do oeste como um fator imagético a uma “Geografia Fantástica”. E afirma que a expansão territorial brasileira se deu pela procura do Éden perdido, por parte dos portugueses (HOLANDA, 1994, p. 108).

Consideramos o mito um construtor de significados explicativos, ou como diria Levi-Strauss (1989, p. 31), o discurso da ciência do concreto, definida, resumidamente, pelo:

[...] fato que métodos desse tipo podiam levar a certos resultados indispensáveis para que o homem pudesse abordar a natureza de um outro ponto de vista. [...] os mitos e os ritos ofere-

cem como valor principal a ser preservado até hoje, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida permanecem) exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: as da natureza [...]”.

Desta forma, o mito é absorvido pela literatura na condição de alternativa simbólica às características identitárias, transformando-se num fator notável de regionalização: o bandeirante, o sertanejo, o mulato, o índio etc., têm no procedimento criativo formas diferentes que seriam preenchidas com adjetivos próprios, mesclando-se ora como personagens históricos, ora como personalidades fictícias.

Ainda que as distorções mitológicas possuam uma aura mágica na explicação da formação territorial brasileira, também podem servir de registro espacial de sociedades extintas ou que se deslocaram para outras regiões. Reconstruir a forma de pensar de pequenos grupos isolados, por meio, na maior parte das vezes, do relato oral, torna-se um trabalho árduo. O mito é para muitos escritores brasileiros a maneira mais forte de justificar a psicologia de uma possível “brasilidade”. E mais, ao invocar o bandeirante como possível símbolo do herói paulista, Plínio Salgado criaria um “tipo ideal” de personagem,

O mito garante ao homem que aquilo que ele se prepara para fazer já foi feito, ajuda-o a dissipar as dúvidas que poderia ter quanto ao resultado do cometimento. Por que hesitar perante uma expedição marítima, uma vez que o Herói mítico já a efetuou num tempo lendário? Basta seguir seu exemplo. Do mesmo modo porque temer instalar-se num território selvagem e desconhecido, se se sabe que o que é necessário fazer? O modelo mítico é susceptível a aplicações ilimitadas (ELIADE, 1989, p.120).

Estruturante da matriz discursiva, as noções míticas também evocam o sagrado na existência divina do Homem, uma compreensão da vida para além do mundo material,

[...] a forma mais geral e eficaz de perpetuar a consciência de um outro mundo, de um além, seja ele o mundo divino ou o

mundo dos antepassados. Este 'outro mundo' representa um plano sobre-humano, 'transcendente', o mundo das realidades absolutas. É da experiência do sagrado, do encontro com uma realidade trans-humana, que nasce a ideia de que qualquer coisa existe realmente, que existe valores absolutos, capazes de guiar o homem e de dar um significado à existência humana. É, pois, através da experiência do sagrado que surgem as ideias de realidade, de verdade, de significação, que, mais tarde, serão elaboradas e sistematizadas pelas especulações metafísicas (ELIADE, 1989, p.119).

A ciência também entra como matriz discursiva, porém não consegue deslegitimar o sentido construído a partir da produção literária. O discurso literário absorveria o científico, dando-lhe caráter alegórico.

No entanto, é incorreto simplificar situações a partir de datas rígidas e delimitadas, ainda que a presente discussão possua um recorte temporal. Observa-se a mudança de pensamento social brasileiro nos processos intersticiais, nas transições históricas entre os eventos, qualificando a síntese dos discursos: Semana de Arte Moderna de 1922, início da Era Vargas (1930), formação das universidades (1934 e 1935), Estado Novo (1938) e fim do governo Vargas (1945).

E no interior destas transições, os discursos científicos, míticos ou literários destacam-se dependendo do intuito de quem o produz. Do senso comum à representação cultural e científica, todos os discursos almejam uma ordem, a qual tem por finalidade exercer um poder sobre algum grupo.

Plínio Salgado: autoritário, reacionário e moderno

Reescrever uma síntese biográfica é um trabalho perigoso. Não apenas pelo fato do referido autor ser um personagem polêmico e controverso, mas, sobretudo, pelas informações a seu respeito estarem soltas no ar. Livros, sites, cronologias em romances, inúmeras fontes guardadas em arquivos espalhados, tornam ainda mais difícil o trabalho do pesquisador.

Ora, o objetivo deste subitem é fazer um breve inventário da vida pessoal de Plínio Salgado, localizando-o como sujeito dentro de um contexto histórico, produtor e receptor de discursos. Notaremos que a maior parte da biografia dele vai dialogar com sua trajetória política, bem mais do que a literária. Isso é significativo porque demonstra o sentido do seu discurso: uma literatura política (análoga ao fascismo italiano).

O paulista Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895 na cidade de São Bento do Sapucaí, estado de São Paulo, e faleceu em 07 de dezembro de 1975 em São Paulo, sendo enterrado no cemitério do Morumbi. Filho do farmacêutico Francisco das Chagas Esteves Salgado e da professora Ana Francisca Rennó Cortez, ouvia do seu pai histórias heroicas em torno da formação do Brasil, sua primeira influência intelectual. Estudante do Ginásio São José, em Pouso Alegre (Minas Gerais), em 1911, com 16 anos, retornou à cidade natal para cuidar de sua mãe e seus quatro irmãos, pois seu pai tinha acabado de falecer.

Em 1918 criou o Partido Municipalista, cujo conteúdo político, nas palavras do próprio Salgado, era “combater a ditadura do governo estadual”. Esse partido, que possuía alguns líderes municipais de pequena expressão do Vale do Paraíba, desenvolveu diversas atividades relacionadas ao contexto cultural e social da cidade de São Bento do Sapucaí, como: dirigiu um grupo teatral, apresentou várias palestras e seminários sobre o quadro político da cidade, lançou o semanário *Correio* de São Bento, todas essas atividades lideradas por Salgado. Ainda nessa época, casou-se com Maria Amélia Pereira que, menos de um ano depois, viria a falecer de maneira súbita, deixando-lhe uma filha com menos de 15 dias de vida. Apesar de passar por um período conturbado, dedicou-se à leitura dos pensadores católicos como Raimundo Farias Britto e Jackson de Figueiredo.

Cerca de um ano depois, mudou-se para São Paulo e iniciou seu trabalho como redator no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republi-

cano Paulista (PRP). Conhece o então redator-chefe Menotti del Picchia e, rapidamente, constroem uma amizade sólida. Sua teia social se ampliaria, tendo contato direto com inúmeras personalidades políticas e intelectuais, os quais se tornariam seus tutores.

São Paulo, no início de 1920, passava por profundas modificações estruturais (política, cultural e social), momento em que Plínio Salgado dedicou-se às atividades literárias, adquirindo certo renome como escritor, mesmo que tenha participado discretamente da *Semana de Arte Moderna* de 1922. Após o discurso nacional criado a partir desse evento histórico, e de suas leituras de autores estrangeiros como Apollinaire, Max Jacob e Cendrars, ele criou um estilo de prosa próprio que, nas palavras de Bosi (2006, p. 296), “costuma-se distinguir um primeiro momento de interesse pela nova ficção e pela literatura [ex. o romance *O Estrangeiro*, de prosa solta e expressionista], da carreira ideológica e política que se lhe seguiu”.

Após cinco anos, deixou o *Correio Paulistano* e empregou-se no escritório de advocacia de Alfredo Egídio de Souza Aranha, com quem manteve vínculos durante grande parte da sua vida. Em 1926, lançou o livro *O Extranheiro* que teve boa aceitação nos meios modernistas. No mesmo ano alinhou-se ao movimento *Verde-Amarelo*, com a participação de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho. No ano seguinte, agora com Picchia e Ricardo, lançou o movimento da Anta, que enalteceu o indígena, sobretudo o Tupi, como portador das características nacionais. A esse último item, destaca-se “[...] a xenofobia do manifesto da Anta não estava infenso aos ideais que selariam o homem público na década de 30.” (BOSI, 2006, p. 296-297), portanto, cristaliza-se no pensamento de Salgado uma ideologia fortemente antiliberal e agrarista, inspirado em Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Como personalidade em ascensão, Salgado foi convidado pelo então presidente do estado de São Paulo Júlio Prestes a candidatar-se a deputado

estadual pelo Partido Republicano Paulista, tendo sido eleito com uma quantidade substancial de votos. Em 1930, ele viajou a Europa e parte do Oriente Médio, observando as transformações políticas que ocorriam na Turquia, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. Regressou ao país em 4 de outubro daquele mesmo ano, um dia após a revolução que derrubaria Washington Luís, havendo escrito dois artigos no *Correio Paulistano* defendendo o candidato. No entanto, ao perceber o fortalecimento do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o apoiou, a princípio, em seus planos de modernização do Brasil.

Plínio escreveu vários artigos sobre doutrinação política e análise da situação brasileira frente às outras nações do mundo, especialmente as europeias; artigos estes publicados no recém-criado jornal *A Razão* em 1931. Em 1932, fundou a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP), cujos integrantes eram simpáticos ao fascismo e lançou o *Manifesto de Outubro*, no qual formulou as bases ideológicas de uma nova agremiação política: a *Ação Integralista Brasileira* (AIB). Inspirada no fascismo italiano. Esta nova agremiação tinha como símbolo a letra grega sigma (Σ), a expressão indígena de saudação *Anauê* e uniformes verdes, características que expressavam seu direcionamento militar e autoritário. O I Congresso da AIB ocorreu em Vitória (ES) dois anos depois e Plínio Salgado é titulado “Chefe Nacional” do partido.

Após a *Intentona Comunista* no quartel da praia vermelha (RJ) no ano de 1935, ocasião que foram assassinados muitos oficiais do Exército Brasileiro, Salgado decidiu fortalecer ainda mais seu partido. Ele se casou novamente em 1936, com Carmela Patti, integrante de uma família tradicional em Taquaritinga (SP), não tendo filhos dessa união.

Nos anos que se prosseguiram, a Ação Integralista Brasileira fortaleceu-se significativamente, promovendo numerosas manifestações em todo o Brasil. Momento propício usado por Plínio, que lançou sua candidatura à presidência da república em 1937, concorrendo com José Américo de Almeida e

Armando de Salles de Oliveira. Ele logo percebeu que Getúlio Vargas não iria sair do poder e se alinhou aos planos do presidente, acreditando que o integralismo seria a base ideológica desse novo regime autoritário. No entanto, houve o fechamento de todas as organizações políticas do país, inclusive a AIB e, nesse contexto, emerge o Estado Novo.

Assim, afloram-se, algum tempo depois, “revoltas” denominadas integralistas - contra os planos de Vargas- os quais se destacaram os de março e maio do ano de 1937, ambos fracassados. Finalmente em 1939, ele foi preso e mandado para Portugal, onde permaneceu por mais de seis anos. Durante esse período, procurou restabelecer contato com o governo de Vargas, mas não teve sucesso.

Em 1945, voltou ao país após a deposição de Getúlio Vargas, reformulou as bases do pensamento integralista e fundou o *Partido de Representação Popular* [PRP] (partido extinto, juntamente com todos os outros organismos políticos em 1964). Na década seguinte, nos anos de 1952-1953, criou a *Confederação de Centros Culturais da Juventude*, inicialmente composta por dezenove entidades de jovens de todo o Brasil e fundou o semanário *A Marcha* em que foi colaborador até o encerramento de suas atividades.

Candidatou-se a presidência da república em 1955, obtendo 714.000 votos (8% do total). Ainda que com uma votação expressiva, perdeu a eleição para o candidato Juscelino Kubitschek, apoiando-o de imediato. Em 1958, foi eleito deputado federal pelo estado do Paraná, reelegendo-se em 1962 por São Paulo.

Por fim, em 1964 Plínio Salgado liderou a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em São Paulo, passeata que demonstrava clara insatisfação com o presidente João Goulart. Apoiou o golpe militar daquele ano e ingressou na *Aliança Renovadora Nacional* (Arena), frente partidária criada para auxiliar na sustentação ao novo regime. Por essa legenda obteve mais dois mandatos na Câmara Federal, em 1966 e 1970.

No caminho perigoso do Sertão: *O Estrangeiro*, 1926.

Não há dúvidas de que a obra de maior sucesso de Plínio Salgado na literatura foi o romance *O Estrangeiro*. Publicado no ano de 1926 pela editora Hélios, teve sua primeira edição esgotada em poucos meses, fato citado pelo autor em uma reedição especial, “O Editorial Helios Ltda. convenceu-me da necessidade de uma edição urgente de mais alguns milheiros de exemplares, pelo fato de haver-se esgotado a primeira e recrudescerem os pedidos” (SALGADO, 1926, p.07).

Com o sucesso do romance, apontam Matos e Gonçalves (2014), Plínio Salgado se tornaria conhecido no meio intelectual paulista, auxiliando-o a se candidatar e a se eleger em 1927 como deputado estadual. Seu livro foi uns dos primeiros romances modernistas e esgotou-se em apenas 20 dias, tendo sido copiosamente elogiado por Monteiro Lobato. Este fato, por sua vez, soou estranho na época, uma vez que Lobato se tornaria um ferrenho crítico do movimento modernista de 22. Em linhas gerais, *O Estrangeiro* recebeu inúmeras críticas positivas, transformando Salgado numa figura conhecida do seu tempo.

O livro demonstra a incredulidade do autor frente às rápidas transformações pela qual São Paulo estava passando, sobretudo a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Para ele, a urbanização corromperia ainda mais a população e a cultura brasileira, pois estimularia a proliferação de ideais econômicos (liberalismo) e doutrinários (comunismo) comprometendo a “alma nacional”. Para Salgado, uma nação próspera deveria ser miscigenada (sociedade cabocla), assentando-se em espaços rurais, de cultura conservadora e cristã.

Entendendo um pouco o enredo do romance

O *Extrangeiro* narra a vida provinciana de São Paulo no início do século XX, relatando o fervor das mudanças sociais que estavam mexendo com o cotidiano da cidade. Em seu livro, Salgado arquiteta uma forma de nacionalismo como valor autêntico de um povo, o qual inculcaria no imigrante a história e a cultura paulista, integrando-o à nação.

A narrativa se inicia no porto de Santos, local onde chegavam os estrangeiros. Eles eram levados para as fazendas de café no interior de São Paulo, com destaque para a pequena Mandaguary. A todo momento, Salgado contrastaria o interior puro (Sertão) com o litoral corrompido e afeito aos ideais cosmopolitas.

Percebemos no decorrer do romance as noções anticomunista, antiliberal e anticosmopolita norteadoras do pensamento de Salgado, por isso o universo rural se sobreporia ao urbano.

As questões migratórias eram constantes no debate nacional desde o início do século XX e, sendo São Paulo o estado que recebeu as maiores correntes migratórias tanto internas quanto externas do Brasil, fica evidente o motivo desta temática ser tratada por Plínio. Naquele contexto, o autor estava preocupado com a influência do estrangeiro na formação da identidade brasileira.

A disposição estrutural do texto caracteriza-se pela intertextualidade e o narrador da obra só se revela na última página, o mestre-escola Juvêncio, protagonista, narrador e alterego do autor. Não por acaso, os atributos mais “puros e morais”, ou seja, não corrompidos pelo pensamento estrangeiro, seriam direcionados à figura do próprio Salgado. Ele afirma que seu primeiro manifesto político foi um romance, o que explicita, já em 1926 o caminho político-ideológico adotado ao longo da vida.

No romance, a chegada dos italianos ao Brasil foi simbolizada pela família Mondolfi. Com ascensão econômica rápida, tem seu sucesso graças à matriarca Carmine Mondolfi - dona de terras - tornando-se uma figura co-

nhecida na colônia. Ela foi uma das patrocinadoras da escola Dante Alighieri, representante da italianidade no país. O autor vai sempre abrir um diálogo de comparação entre o imigrante italiano e a condição do caboclo.

Este caboclo, por sua vez, era representado por Nhô Indalécio, que não tinha força nem poder no país. Afetado pela imigração, o caboclo - alheio ao avanço industrial da sociedade -, era “refém dos italianos”. De maneira geral, Plínio Salgado vai criticar a apatia do caboclo frente à força do italiano, o que criaria uma espécie de “caboclo domesticado”. Notemos no trecho abaixo a cisão racial preconizada pelo autor:

Aconteceu que os porcos de Nhô Indalécio, aventuraram excursões pela fazenda. Martiniano mandou avisá-lo ‘que mataria os bichos’. Indalécio pôs mais um fio de arame na cerca. Os suínos eram teimosos. Romperam a barreira e entraram insolentes, como hussardos. Toaram tiros de espingarda. Seguiu-se uma proclamação. Que não se queixe a polícia, se não quiser levar umas lombadas, com este chicote. Nhô Indalécio mandou dizer que não se queixava à polícia. Entregava a injúria nas mãos de Deus (SALGADO, 1926, p.42).

Os caboclos, sem voz ativa, somente receberiam ordens dos seus “donos”. Martiniano, na nossa percepção, seria a vertente mais xenófoba, pois, ao sair da fazenda migrando para a cidade, ridicularizava os moradores do campo e alertava a população urbana sobre o autoritarismo dos ricos italianos do interior.

Destaca-se ainda Pantojo, que usava a mão de obra imigrante em benefício próprio, não se importando muito com o crescimento do Brasil. Ele pertencia a um grupo familiar tradicional paulista, cujas riquezas oriundas do café davam-lhe condições econômicas para viver os “luxuosos sonhos mundanos do vício e ganância trazidos pelo cosmopolitismo estrangeiro das cidades” (SALGADO, 1926, p.34). E dentro desse caos instalado em São Paulo, a figura do mestre-escola Juvêncio (alterego do autor e o narrador da *estória*) emerge levando a bandeira do nacionalismo e da ordem social, como bem sublinha Trindade (1979. p.59),

O tema do nacionalismo apareça na situação burlesca do mestre-escola Juvêncio, estrangulando perante seus alunos, os pagaios que ganhara de presente porque haviam aprendido com seus antigos donos emigrantes a repetir as palavras do hino fascista.

Ora, podemos dizer que o mestre-escola Juvêncio (Plínio Salgado) era contra o imigrante? Na verdade, não. Para o personagem-narrador-autor o imigrante era uma ameaça à nacionalidade enquanto resistente à integração, à cultura e à sociedade brasileira. Uma vez adaptado, ele faria parte de uma suposta brasilidade, ainda em construção, porém almejada por Plínio. Daí a escola de Juvêncio combater a Dante Alighieri, pois, acreditava-se que os valores estrangeiros seriam transmitidos via escolarização. Plínio Salgado se intitulava o verdadeiro caboclo e para assimilar o elemento “alienígena” seria necessário catequizá-lo na escola nacionalista de Juvêncio,

As crianças das Escolas reunidas eram filhos de italianos, espanhóis, japoneses, sírios, mulatinhos espertos puxados ao português. Cantavam o hino nacional e respondiam na ponta da língua, se lhes perguntavam – quem descobriu o Brasil? – Foi o almirante português Pedro Álvares Cabral. [...] a bandeira flutuava – palpitante cabeleira verde – na ponta do caule esguio, que parecia um homem comprido e entusiasmado, [...] E as vozes afinadinhas. Ouviram do Ipiranga às margens plácidas de um povo heroico o brado retumbante... Juvêncio vibrava (SALGADO, 1926, p.29)

Em *O Estrangeiro*, Plínio Salgado impunha uma reflexão a respeito do caminho que o Brasil deveria seguir frente à imigração. Criticava com veemência tanto a cultura “alienígena” que entrava no país quanto a própria população brasileira e sua total imobilidade. Para ele, a miscigenação não seria um fator de degradação social, como pregavam alguns pensadores da época, mas sim um processo de assimilação das melhores características de cada “raça”. No entanto, só seria possível tal movimento se houvesse no país uma estrutura política autoritária, cujo anticomunismo e o antiliberalismo deveriam orientar as ações de um governo supostamente nacionalista.

O geográfico no imigrante, o imigrante no geográfico.

Dentro do objetivo principal do artigo, pretende-se analisar o conteúdo geográfico (representação espacial) contido no romance *O Estrangeiro*. E com um intuito de ir um pouco além, ainda intenciona-se buscar qual era o sentido de construção dessa representação geográfica no contexto histórico da publicação da obra, 1926.

Como salientado na introdução deste trabalho, os livros da década de 1920 que foram influenciados pela Semana de Arte Moderna de 22 contavam uma temática mais voltada aos assuntos raciais, à formação da população brasileira ou, se preferirem, à tentativa da construção de uma identidade nacional enquanto as obras a partir da década de 1930 vão trazer uma discussão atenta às questões políticas e territoriais.

Em *O Estrangeiro* o espaço geográfico seria representado pelo estado de São Paulo e dividido em três regiões: o litoral, a capital e o interior. Para Plínio Salgado, essas regiões existiriam a partir de três sentidos: o primeiro seria a porta de entrada dos estrangeiros; o segundo, o urbano no qual as ideias cosmopolitas ganhariam força e o terceiro o espaço rural puro, o verdadeiro Brasil. “Este livro procura fixar aspectos da vida paulista nos últimos dez anos. Vida rural, vida provinciana e vida nas grandes urbes.” (SALGADO, 1926, p.7). Diante destas três divisões, o cenário do “romance paulista” estaria pronto e ele poderia, nas palavras de Salgado, “cumprir integralmente o seu destino” (1926, p.6).

Para o autor, sua obra teria uma função clara: criar um novo sentido à história paulista e, por consequência, à nacional. Recordemo-nos de que *O Estrangeiro* foi para Plínio seu primeiro manifesto político, sedimentado posteriormente nos ideais Integralistas da década de 1930.

Na leitura do romance, percebemos que o herói Juvêncio, o mestre-escola (alterego do próprio autor), converge para si atributos morais e éticos a serem reproduzidos e copiados por todos. Tal personificação é definida por

Goldmann (1976, p.10) como “[...] o romance do ‘idealismo abstrato’, caracterizado pela atividade do herói e por sua consciência demasiada estreita em relação à complexidade do mundo”.

Ora, arraigado por um princípio de nacionalidade anarcoide, no qual o idealismo direcionaria as ações de Juvêncio, notamos a estrita relação do herói com o geográfico representado na obra. O rural seria ainda o espaço da contemplação mística e mítica, cuja história passaria pela conquista do oeste pelos bandeirantes. Para o mestre-escola, narrador da *estória*, o imigrante não deveria ser negado, referindo-se aos italianos, mas sim absorvidos pelo sertão e pelo “espírito puro do oeste” (SALGADO, 1926, p.17). Nesse caso, a dimensão geográfica criaria vínculos identitários com o solo.

O narrador-autor descreve a chegada do personagem Ivan em São Paulo através da locomotiva, símbolo da modernidade, e constrói a cidade a partir de retoques narrativos quase mágicos,

Na noite espessa, os gritos das locomotivas cruzavam-se repentinos, como meteoros de som. Adivinhavam-se os vultos pardos dos edifícios lavados pela verde surdina dos lampiões a gás. E os cochichos do vento arrepiavam os ouvidos dos plátanos sensíveis. Ivan pôs-se a contar as pequenas ‘lanternas verdes, vermelhas, azuis, espalhadas ao longo da linha férrea, até a estação do norte, ao Pari, a Luz. E ouvia o ressonar dos velhos companheiros – velhos campônios lombardos, brônzeos calabreses -, espuma da taça transbordante aliviada no dorso do oceano. (SALGADO, 1926, p.15).

A simbologia do imigrante no interior de uma locomotiva traduz e remete-se ao período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Plínio Salgado estava incomodado com a quantidade de estrangeiros a desembarcar no Brasil desde o final do século XIX. Reforça-se: para ele, a miscigenação étnica não era o problema, mas sim as propostas cosmopolitas trazidas pelo imigrante, ou seja, as novas formas de pensar o mundo. Plínio acreditava no culto ao ruralismo e ao provincianismo como principais estruturas da identidade nacional.

Curioso notarmos a atuação dos imigrantes, principalmente italianos, na mudança social do Estado de São Paulo nesse período. Tanto Deffontaines (1944) quanto Monbeig (1952) sublinhavam a influência deste estrangeiro nas novas paisagens que iam se construindo no interior paulista a partir de uma atividade econômica específica: o plantio de café. Percebendo esta mudança, de certa maneira o romance de Plínio Salgado materializa parte do estranhamento causado pelos novos fluxos migratórios à população paulista. Lembremos a maneira pela qual os discursos se propagam: os signos (neste caso, sociais) criam os enunciados, os enunciados as ideologias, as ideologias os discursos e, este último, necessita de algo que os divulguem, ou seja, as obras literárias.

Em *O Estrangeiro*, há perceptível crítica a escassa integração entre o fator humano e o fator geográfico na construção de uma suposta nacionalidade, algo que Salgado considerava péssimo. Para ele, o humano estaria, umbilicalmente, ligado ao solo, à terra e aos laços de sangue superiores.

Enquanto morasse numa cidade paulista, o imigrante deveria seguir as regras impostas pelos seus guardiões (os descendentes dos bandeirantes) porque eles teriam o conhecimento dos “enigmas do sertão”. Quase como um sujeito com poderes mágicos, o geográfico na obra reconstruiria o estrangeiro à luz dos atributos éticos e morais do paulista,

As instituições americanas também repousam na rocha viva dos direitos do Homem. Quando desabar o dilúvio russo, as suas últimas ondas virão morrer aqui, de encontro a essas paredes da Imigração, onde há um dístico, a maneira de sentença, a encimar um arco do triunfo. E a América, então, reconstruirá o que estiver destruído no mundo (SALGADO, 1926, p.18).

Plínio tinha plena consciência dos acontecimentos sociais na Europa como a Revolução Russa (1917) e a crise econômica acarretada pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), logo, ele previa a massiva vinda de imigrantes para o Brasil e, dentro dos princípios acima citados, não haveria

problema, pois, “a América, então, reconstruiria o que estivesse destruído no mundo”. Esse tom heroico, mencionado pelo personagem Juvêncio, transmite toda uma responsabilidade para a América em descortinar esse novo mundo.

A representação geográfica dividida entre litoral, cidade e interior caracteriza os tipos sociais que habitam estes espaços. Ora, se para o autor o culto ao ruralismo deveria ser o verdadeiro caminho para a nacionalidade, o imigrante adaptar-se-ia ao espaço que reproduziria seu meio de vida e nele criaria laços fortes, negando, posteriormente, sua herança estrangeira.

Paisagens idílicas como recurso discursivo

Entre os recursos discursivos encontrados no romance, destacam-se o uso constante da personificação de seres inanimados e a construção de paisagens idílicas. Unidas na mesma esfera de interpretação, a primeira refere-se à designação atribuída a seres abstratos, de ações, qualidades e sentimentos próprios do homem; já o segundo, de caráter mais literário, orienta-se sobre algo terno, maravilhoso, mágico, utópico e fantasioso. Estes recursos foram usados conscientemente pelo autor, uma vez que ele angariava criar um sentido nacional a partir de confabulações geográficas e raciais.

Atribuir ao geográfico sentimento humano inculcaria na população letrada da época uma proximidade com o que deveria ser o nacional,

E, então, tudo era a selva, onde dormia o mistério. Bandos de periquitos, projeções verdes da terra, estampavam-se no céu, ainda inocente de crimes. Continuação indefinida da manhã úmida e verde em que a arca de Noé encalhou na montanha. Altas palmeiras emergindo das florestas oceânicas, estilizando a alma sentimental da rude natureza meridiana. Macacos bauluçando nos cipoeirais pendentes da perobeiras. Oceano, oceano [...] Manhã de janeiro. Cheiro molhado da terra moça e virgem; grotas frias, com gemidos sensuais de rolas e sussurros confidentes sob a mantilha dos caetés. (SALGADO, 1926, p.28)

Chama-nos a atenção no trecho acima a maneira pela qual Salgado, na voz do mestre-escola Juvêncio, reflete seu sentimento de “país corrompido”. O Brasil como contemplação da floresta e do ruralismo estaria sendo ameaçado pelas “forças estrangeiras”, daí a necessidade preconizada pelo autor de um Estado forte que controlasse os imigrantes, então símbolo do novo tipo social que estava se estabelecendo no país.

O romance faz uma crítica voraz ao caboclo que se via preso ao trabalho imposto pelos imigrantes italianos do oeste paulista, “Ivan queria ver um caboclo autêntico. Contou-lhe o amigo que eram raros. Quase todos estavam no sertão” (1926, p.29). Ou seja, estavam sob o controle das famílias estrangeiras ricas. Salgado se autodeclarava o verdadeiro caboclo, não escravo do estrangeiro. Salientamos na narrativa do livro a forma que o autor vai dividindo a sociedade brasileira entre aqueles que exploravam em contraposição aos que eram explorados. Na base de sustentação da sociedade, o mameluco (o caboclo domesticado) teria papel fundamental,

O machado arrasa os jequitibás, golpeando os ecos arautos. Cataclisma de raças; sedimentação de caracteres civilizatórios: sobre o rastro do selvagem, o rastro do mameluco; depois, sobre a terra desvirginada e domada, o colono estrangeiro estabilizando a agricultura [...] (SALGADO, 1926, p.29)

Como um processo linear de ocupação do solo, a representação espacial passaria de um meio selvagem, hostil e impenetrável, a um espaço domesticado e utilizável para o desenvolvimento econômico. No entanto, este espaço controlado serviria aos interesses de certos grupos, ou famílias, que enriqueceram devido ao cultivo do café. Ora, um questionamento a se fazer sobre o contexto da obra, e os anos que se lhe seguiram, é: por que havia a necessidade de se criar uma identidade nacional e territorial no brasileiro? Uma população unificada no interior de um Estado dotado de um território centralizado criaria condições básicas para o desenvolvimento econômico do

país. Basta olharmos para os planos de Getúlio Vargas no período entre 1930-1945 e ver seu projeto para elaborar as bases materiais de uma sociedade em processo de industrialização. Podemos dizer que o discurso literário da década de 1920 ajudou Vargas a implantar sua política autoritária e territorial na década de 1930.

Em *O Estrangeiro* percebemos que Plínio inicia seu projeto autoritário e centralizador de sociedade a partir da crítica ao imigrante italiano que chegava ao país. Também notamos a representação geográfica na obra como importante mecanismo ideológico, pois, no Brasil, a nacionalidade estava muito atrelada ao discurso territorial. Personagens descendentes dos antigos bandeirantes receberam relativo destaque no romance, embora, o mameluco Juvêncio, questiona as famílias tradicionais paulistas que estavam corrompidas pelo cosmopolitismo das grandes cidades.

Muito bem recebido na época de sua publicação, *O Estrangeiro* é fruto do seu tempo, carregado de polêmicas que norteavam os debates da época. O livro representa não apenas o pensamento de Salgado sobre o Brasil, mas também o grupo social ao qual ele pertencia, a direita reacionária paulista.

Para não encerrar

O caminho percorrido até este ponto confirma a importância em se analisar o discurso geográfico (representações espaciais) contido em obras literárias. Além do mais, o autor aqui brevemente discutido, Plínio Salgado, provocou alguma incerteza do conteúdo a ser encontrado no texto, porque além de figura polêmica do seu tempo, não se sabia como as representações espaciais apareceriam em sua obra.

Na tentativa de analisar a obra sob o prisma da análise do discurso, principalmente na orientação dada por Mikhail Bakhtin a respeito do assunto, procurou-se manter a tríade obra/autor/contexto histórico, visto que,

caso se negasse esse procedimento metodológico, o artigo correria o risco de apenas descrever o conteúdo do livro, sem abordar a dimensão crítico-espacial que ele mereceu.

No romance *O Estrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, notou-se a insatisfação do autor, através do seu personagem/alterego Juvêncio, com as rápidas transformações pela qual São Paulo estava passando, sobretudo a transição voraz de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Para o autor, essa dualidade foi o motivo máximo da degradação dos valores morais e éticos da representação espacial paulista. Isso porque as áreas urbano-industriais, somadas às cidades litorâneas, eram os centros em que as ideias econômicas (liberalismo), doutrinárias (comunismo) e modernas (cosmopolitismo) ganhariam força, descaracterizando o Brasil. Nesse livro, percebeu-se toda a ideia política de Salgado que, anos mais tarde, vai desencadear na doutrina do integralismo. De certa maneira, ficou evidente na obra analisada que Plínio Salgado divide São Paulo em três unidades territoriais: o litoral (porta de entrada das ideias rechaçadas por ele), a cidade de São Paulo (centro urbano-industrial que potencializaria o cosmopolitismo) e o sertão (interior que, apesar de conter inúmeros estrangeiros, preservaria a “pureza nacional”).

Por fim, este artigo apenas iniciou o assunto quanto a análise do discurso geográfico em obras literárias. Isso porque, para a ciência geográfica, a literatura pode servir como sintetizadora das tensões sociais e espaciais do passado brasileiro. Dito isto, o presente manuscrito teve por finalidade demonstrar como os discursos de ordem nacionalista de extrema-direita possuem um mecanismo cíclico na história. Ainda que essa pesquisa tenha analisado um livro da década de 1920, os discursos encontrados em cada página, em cada citação, pareceram mais atuais do que nunca. No Brasil, talvez por sua esquizofrenia identitária, ou ainda pelo desconhecimento da história por grande parte da população, os mecanismos ideológicos de manipulação de

massas, que fingem resolver um problema complexo com uma solução simples, ainda são usados de forma maliciosa em pleno século XXI. Infelizmente o brasileiro ainda busca um herói geográfico, alguém que possa resolver todos os problemas do país cuja herança histórica remonta-se a um autoritarismo. Assim, precisamos mais do que nunca olhar para o passado para entender o presente. Essa análise mostrou como as ideias anacrônicas podem, perigosamente, ganhar força através do tempo e encantar os desavisados.

Referências

ADDUCI, C.C. **A Pátria Paulista: o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

BAKHITIN, M. **Estética da criação verbal.** 6ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHITIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 16ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEIRED, J.L.B. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina.** São Paulo: edições Loyola. 1999.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira.** 4ª edição. São Paulo: Cultrix. 2006

CAMPOS, M.J. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.140-155, dezembro/fevereiro 2005.

CARVALHO, M.B. Geografia: Ciência da Complexidade (ou da reconciliação entre natureza e cultura). **Boletim Paulista de Geografia.** n 83, p. 139-160. 2005.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado (forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio).** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder.** São Paulo: HUCITEC: editora da USP, 1992, p. 183-230.

DEFFONTAINES, P. **El Brasil**: la tierra y el hombre. Barcelona: Editorial Juventude S.A. 1944.

ELIADE, M. **Aspectos do mito**. Lisboa: Edições 70, 1989.

ESCOLAR, M. **Crítica do Discurso Geográfico**. Trad: Shirley Morales Gonçalves. Ed: HUCITEC. São Paulo, 1996.

GOLDMANN, L. **A sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

GOLDMANN, L. **La Creacion Cultural en la Sociedad Moderna**. Barcelona: Editorial Fontamara. 1980.

GONÇALVES, L.P. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 669f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

HAESBAERT R. Território, poesia e identidade. **Revista Espaço e Cultura**, n1, p. 21-32 janeiro de 1997.

HOLANDA, S. B. **Visão de paraíso**: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLÉSIAS, F. Modernismo: uma reavaliação da inteligência nacional". IN: ÁVILA, Afonso. **O Modernismo** (Org.). 2ª edição. São Paulo. 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papyrus, 1989.

MACHADO, L. O. Origens no pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930) IN: GOMES, CORREA e MACHADO. **Geografia: conceitos e temas** – 15ªed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MATOS, M.I.S; GOLÇALVES, L.P. O Estrangeiro na obra de Plínio Salgado: matrizes, representações e propostas. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: Unesp, v.1, p.157-182, janeiro-junho, 2014.

MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)**. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Cultural S.A., 1979.

MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MONTEIRO, CAF. O real e o mítico na paisagem do grande sertão. IN: MARANDOLA JR, Eduardo e GRATÃO, Lucia Helena. **Geografia e Literatura**: ensaios sobre a geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

MORAES, A.C.R. **Geografia**: Pequena História Crítica – 21^o ed – São Paulo: Annblume, 2007.

MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MORAES, A.C.R. **Território e história do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

PEREIRA, E.M.C. O Estado Novo e a marcha para oeste. **Revista História**. 2 (1): 113-129. Jan/jun, 1997.

PIMENTEL, B.A.F. Micea Eliade e o mito. **Kalíope**, São Paulo. ano 1, número 1. p.66-79, 2005.

RAIMUNDO, S.L. Terra Conquistada: a pátria de alma bandeirante. **Terra Brasilis** [online] 2/2000.

SACARDO, V.A. **O Integralismo pliniano**: autoritarismo e ordem na defesa da nação. 182f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas do campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2011.

SALGADO, P. **Geografia Sentimental**. Editora José Olympio: Rio de Janeiro, 1937.

SALGADO, P. **O estrangeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1926.

SANTIAGO, S. Vanguarda: um conceito e possivelmente um método. IN: ÁVILA, Afonso. **O Modernismo** (Org.) 2^oedição. São Paulo. 2002.

SANTOS, B. S. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade -14ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, C.V. Brasileiros e Brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. **Cadernos**. p 83-108. 1996.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década de 30. 2.ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, G. F. **Ideologia curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: brasiliense, 1979.

VELLOSO, M.P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. p.89-112. Vol.6, n.11, 1993.

VELLOSO, M.P. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Submetido em: 22 de fevereiro de 2023.

Devolvido para revisão em: 29 de março de 2023.

Aprovado em: 03 de maio de 2023.

MELLO, A. D. de B. DISCURSO GEOGRÁFICO E AUTORITARISMO: O ESTRANGEIRO DE PLÍNIO SALGADO. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2896>. Acesso em: 22 jul. 2023.